



**PRINCÍPIOS KANTIANOS DA LIDERANÇA DE OSÓRIO, UM TARIMBEIRO
POR EXCELENCIA**

**PRINCIPIOS KANTIANOS DE LIDERAZGO DE OSÓRIO, UN TARIMBEIRO
DE EXCELENCIA**

Saulo Freire Landgraf

Major de Cavalaria, pós-graduado em Ciências Militares e em Relações Internacionais, professor de ética e filosofia moral da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Resende, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: saulolandgraf@gmail.com

Resumo

Este artigo traz uma reflexão acerca dos fundamentos da liderança de um dos maiores líderes militares que o exército brasileiro já possuiu: o Marechal Manoel Luís Osório. Para isso, traça um paralelo com um dos maiores teóricos da Ética no período do Iluminismo Alemão: o filósofo Immanuel Kant, que produziu suas obras quase um século antes da Guerra da Tríplice Aliança. Assim, utilizando os fundamentos da Ética deontológica de Kant, analisa a frase: “Soldados! É fácil a missão de comandar homens livres, basta mostrar-lhes o caminho do dever.”, proferida na Ordem do Dia do Marechal Manoel Luís Osório, às vésperas do ataque ao Passo da Pátria.

Palavras-chave: Osório; Kant; dever; liderança.

Resumen

Este artículo reflexiona sobre los fundamentos del liderazgo de uno de los más grandes líderes militares que el ejército brasileño haya tenido: el Mariscal Manoel Luís Osório. Con este fin, haz un paralelo con uno de los más grandes teóricos de la ética en el período de la Ilustración alemana: el filósofo Immanuel Kant, lo cual ha producido sus obras casi un siglo antes de la Guerra de la Triple Alianza. Así, usando los fundamentos de la ética de la deontología de Kant, analiza la frase: “¡Soldados! La tarea de mandar hombres libres es fácil, es suficiente muéstrales el camino del deber.”, transcrita en la Orden del Día del Mariscal Manoel Luís Osório, en la víspera del ataque al Paso de la Patria.



INTRODUÇÃO

2

O filósofo Immanuel Kant (1724-1804) é considerado um dos mais importantes expoentes do iluminismo alemão. É lugar comum dizer que suas teorias foram um divisor de águas na filosofia, influenciando outras diversas áreas do conhecimento como o Direito, a Ciência Política, as Relações Internacionais, a Sociologia, entre outras.

A influência da filosofia moral de Kant no pensamento de intelectuais e expoentes de diversas áreas também é notória no Brasil. Destas áreas, pode-se perceber nas ciências militares a influência da ética deontológica de Kant (ou ética do dever), sendo relevante inclusive para a formação do *ethos*¹ militar brasileiro.

Esse *ethos* militar, construído através dos séculos, tem na Guerra da Tríplice Aliança (1864 - 1870) um dos seus principais marcos históricos. Um sinal disso é que, além de Duque de Caxias, Patrono do Exército, e Osório, Patrono da Cavalaria do Exército, outros 5 patronos das armas, quadro e serviços estavam presentes nesse conflito. Assim, em nenhum outro conflito que envolveu as Forças Armadas Brasileiras, como as Guerras de Independência, ou a Proclamação da República ou mesmo a 2ª Guerra Mundial foram tão prolíferas em manifestar exemplos individuais de ideal de ação.

Nesse contexto, no dia 15 de abril do ano de 1866, às margens do Rio Paraná, o Exército Imperial Brasileiro preparava-se para assaltar a posição fortificada de Passo da Pátria e adentraria pela primeira vez o território inimigo; o comandante da tropa brasileira era o General Manoel Luís Osório, Marquês do Herval. Às vésperas do ataque, o líder brasileiro, então transcreve na sua ordem do dia, a icônica frase: *“Soldados! É fácil a missão de comandar homens livres, basta mostrar-lhes o caminho do dever.”*

Esse trecho da ordem do dia 15 de abril de 1866, sem dúvida é uma das mais conhecidas no meio castrense brasileiro e remete imediatamente à figura do Marquês do Herval. Essa frase era fruto, com certeza, de sua bagagem profissional e tarimba na

¹ Ethos é uma palavra com origem grega, que significa "caráter moral". Descreve o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação.



prática de liderar homens em combate, uma vez que o General Osório era um dos comandantes brasileiros mais experientes no conflito.

Num primeiro momento, pode-se conjecturar que a frase é tão somente fruto da experiência do militar, porém, observa-se que sua fundamentação se dá no nível da racionalidade. Destaca-se, nesse particular, a articulação que o patrono faz entre “homens livres” e “caminho do dever”, elementos fundamentais e pressupostos racionais da deontologia kantiana. Isso traz uma questão: considerando a ética deontológica de Kant, o trecho mais conhecido da Ordem do dia 15 de abril de 1866, é extraído da experiência ou é *a priori*²?

Esse artigo tem como objetivo fazer uma leitura dessa frase, tão conhecida no seio da força terrestre brasileira, sob ótica da filosofia deontológica kantiana. Para isso, será apresentado, inicialmente, aspectos da vida e obra do filósofo Immanuel Kant e do Marechal Manuel Luís Osório e, num segundo momento, serão apontados elementos da filosofia deontológica de Kant, concluindo com uma análise da icônica frase, retirada da ordem do dia 15 de abril de 1866.

KANT

Immanuel Kant nasceu em Königsberg, parte do antigo Império alemão, em 1724, atualmente Kaliningrado, exclave russo entre a Polônia e a Lituânia. Foi professor da cátedra de Lógica e Metafísica da Universidade de sua cidade natal, de onde, curiosamente, nunca saiu. Durante anos viveu uma vida de extrema regularidade e, nesse período, a sua constância de hábitos ganhou status de lenda. Segundo Wood, 2008³:

Às cinco da tarde o filósofo fazia a sua caminhada habitual, cujo horário, segundo a famosa lenda, era tão preciso e invariante que as donas de casa de Königsberg podiam acertar seus relógios pelo minuto no qual o professor passava por suas janelas.

As principais obras do filósofo de Königsberg foram suas três críticas: *Crítica da Razão Pura* (1781), *Crítica da Razão Prática* (1788) e *Crítica do Juízo* (1790). Em

² Conhecimentos que independem da experiência, baseados na racionalidade. (NA)

³ Wood, Kant, 2008. p. 29.



linhas gerais, por meio da primeira Crítica, Kant desenvolve o tema da Metafísica e sua Teoria do Conhecimento. Na segunda Crítica, juntamente com a *Fundamentação Metafísica dos Costumes (1785)*, desenvolve sua Filosofia Moral. Finalmente, na terceira crítica, aborda a função da faculdade de julgar, ao que Dekens, 2008, pontua: “O problema da Terceira Crítica tem nome: o imenso abismo que separa a natureza e a liberdade”.

Ressalta-se que Kant analisa em sua primeira Crítica, entre outras concepções, a relação entre o racionalismo e o empirismo. Para os filósofos empiristas que precederam Kant, o conhecimento advém unicamente da experiência, assim, todas as pessoas nascem sem conhecimento algum (*i.e.* a mente inicialmente é como uma “folha em branco”) e todo aprendizado deriva da experiência sensível.

Para Kant, o conhecimento não provém exclusivamente da experiência, antes existem as ideias puras da razão (independentes da experiência, ou seja, *a priori*) que atuam como princípios regulativos a serviço da experiência, segundo Höffe, 2005:

É verdade que Kant admite que todo conhecimento começa com a experiência; mas não resulta disso, como supõe o empirismo, que o conhecimento provenha exclusivamente da experiência. Pelo contrário, mesmo o conhecimento sensível se mostra impossível sem fontes independentes da experiência.⁴

Outro aspecto importante da obra kantiana é a abordagem política, destaca-se, nesse ínterim, *À Paz Perpétua: um projeto filosófico (1795)*. Na referida obra fica claro que o filósofo constrói sua teoria dentro de uma concepção jusnaturalista e de um estado de natureza hobbesiano:

O estado de paz entre os homens que vivem juntos não é um estado de natureza (*status naturalis*), o qual é antes um estado de guerra, isto é, um estado em que, embora não exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre todavia uma ameaça constante.⁵

Sobre o aspecto jusnaturalista da obra, Bobbio, 2017, aponta:

A perspectiva com a qual os jusnaturalistas olham para os problemas tradicionais da política é uma perspectiva jurídica; as categorias das quais se servem para a sua construção são categorias tiradas do direito; a origem do

⁴ Höffe, Immanuel Kant. p. 39.

⁵ Kant, *À Paz Perpétua: Um Projecto Filosófico*. p. 10.



Estado, a passagem do estado de natureza ao estado civil, a própria natureza do Estado, são vistos *sub specie iuris*.⁶

Tanto Hobbes quanto Kant concordam que o homem deve sair desse estado de natureza, em que o homem é lobo do homem, em guerra de todos contra todos. Porém, enquanto que para Hobbes essa saída se dará por uma regra de prudência (um imperativo hipotético⁷), na filosofia deontológica de Kant essa saída do estado de natureza é uma norma moral (imperativo categórico⁸).

Os fundamentos da filosofia de Kant que exerceram grande influência nas bases do direito e da política internacionais hodiernas, também influenciaram as ciências militares. Este artigo faz uma análise da máxima do Marechal Osório, retirada da ordem do dia 15 de abril do ano de 1866, à luz da filosofia de Kant, sugerindo que a influência da deontologia kantiana se fez sentir no Brasil já no século XIX.

A seguir, para se alcançar o objetivo proposto nesse artigo, abordar-se-á *en passant* aspectos históricos da vida do Marechal Osório. Após, verificar-se-á se a concepção moral e política de Kant pode ter influenciado, direta ou indiretamente, um dos maiores líderes militares que o Brasil já teve.

OSÓRIO

Nascido na Vila de Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Rio Grande do Sul), atualmente município de Osório, em 10 de maio de 1808, quatro anos, portanto, após o falecimento de Immanuel Kant, era filho de Manuel Luís da Silva Borges, destacado militar que combateu nas guerras de 1811, na Primeira Campanha Cisplatina.

Com 15 anos incompletos sentou praça na Cavalaria da Legião de São Paulo, atual 5º RCMec, durante as Guerras de Independência do Brasil (1822 - 1823). Teve seu

⁶ Bobbio, Introdução para A Paz Perpétua de Immanuel Kant. p. 225.

⁷ Um meio para se atingir um determinado fim. (NA)

⁸ A primeira fórmula do imperativo categórico é enunciado da seguinte forma: "Aja como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal." (NA)



batismo de fogo ainda aos 15 anos, às margens do arroio Miguelete (atualmente Uruguai), enfrentando a cavalaria portuguesa.

Apesar de ter-se inscrito na Escola Militar, não pôde seguir os estudos devido a eclosão da Guerra Cisplatina (1825 - 1828). Nessa ocasião, na Batalha de Sarandi, foi o único oficial do seu esquadrão a sobreviver, tendo salvo a vida se seu comandante.

6

Osorio ainda combateu na Guerra dos Farrapos, inicialmente ao lado dos Farrapos, quando este movimento tinha objetivos reivindicatórios e fundamentos liberais, porém, abandonou a causa quando a revolta ganhou contornos separatistas, alinhando-se com o Exército Imperial. Já no posto de tenente-coronel, participou das tratativas da Paz de Ponche Verde em 1845, que selou o fim dos conflitos farroupilhas.

Foi eleito deputado provincial em 1846 e, em 1851, foi enviado para a Argentina para combater na Guerra contra Oribe e Rosas (1851 - 1852). À frente do 2º Regimento de Cavalaria teve destacada participação no rompimento do dispositivo defensivo de Rosas, sendo promovido a Coronel no campo de Batalha, por merecimento.

Com a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança (1864 - 1870), recebeu o comando do I Corpo do Exército Imperial. Nessa ocasião teve destacada atuação em diversas oportunidades, particularmente como comandante-em-chefe brasileiro na Batalha de Tuiuti, maior e mais sangrenta batalha travada na América do Sul.

Em 1877 Osorio foi nomeado Senador do Império pela Província do Rio Grande do Sul. Em 1878 foi nomeado Ministro da Guerra, cargo que exerceu até a sua morte, em 4 de outubro de 1879, com a idade de 71 anos, doente com pneumonia.

Por essa breve síntese histórica observa-se que Osorio caracterizava uma classe de oficiais que, no fim do Séc XIX, ficou conhecida na força terrestre como “tarimbeiros”. Segundo McCann, 2009:

Os oficiais promovidos nos campos de batalha do Paraguai que não haviam depois frequentado a escola militar eram conhecidos como tarimbeiros, uma



alusão aos toscos estrados de madeira em que se dormia nos antigos fortes coloniais.⁹

Nos anos seguintes da Guerra da Tríplice Aliança e no início do Séc XX a dicotomia interna entre os “tarimbeiros” e os “bacharéis”¹⁰, se aprofundou ainda mais. McCann, 2009, observa que o corpo docente da Escola Militar não achava necessário traduzir alguns manuais militares do francês porque todos os alunos sabiam francês¹¹. Sendo essa, talvez, uma medida velada para manter o *status quo* dos tarimbeiros, tendo em vista que muitos não sabiam ler.

Sendo Osório um tarimbeiro por excelência, parece forçoso concluir que a marcante Ordem do Dia no Passo da Pátria fosse consequência do estudo da filosofia kantiana, mas não é disso que se trata. A questão que se impõe nesse artigo é analisar os elementos apriorísticos relacionados com a frase “*É fácil a missão de comandar homens livres, basta mostrar-lhes o caminho do dever.*”

Dessa forma, metodologicamente esse artigo fará uma exposição de pontos da filosofia deontológica de Kant que servirão de sustentação para se alcançar o objetivo proposto. Para isso serão tratados os seguintes pontos: (I) Autonomia e liberdade, para compreender o sentido de “homens livres” em Kant; (II) Ação por Dever, a fim de entender o valor moral da ação; (III) Princípio da não-instrumentalização do indivíduo, para compreender os limites morais da ação de comando do líder militar.

AUTONOMIA E LIBERDADE

Kant parte da ideia que somos seres racionais, merecedores de respeito e dignidade. Divergia, portanto, da corrente que considera que somos “donos de nós mesmos”, repudia, por exemplo, práticas que permitam o ser Humano afrontar a própria

⁹ McCann, Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889 - 1937. p. 44.

¹⁰ Termo pelo qual eram designados os militares que realizavam curso na Escola Militar. (N.A.)

¹¹ Atualmente no Museu da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende- RJ, boa parte do acervo da biblioteca antiga se constitui de livros escritos em francês (N.A.)



dignidade, como a venda de si mesmo como escravo ou o canibalismo. Importante frisar que no Séc XVIII (quando boa parte da obra de Kant foi escrita) em muitos lugares a escravidão era legalmente aceita, como no Brasil. A relação senhor-escravo, entre dois seres racionais, pela Filosofia Moral kantiana, era um relacionamento eticamente inaceitável; e a liberdade um direito inalienável.

8

Mesmo sendo cristão, Kant não fundamenta o “princípio da liberdade” como sendo um “presente de Deus”, como muitos no seu tempo sustentavam. Qual seria, então, para Kant, o sentido de liberdade? Como podemos definir afinal o que se entende por “homem livre” na filosofia de Kant?

Num primeiro momento pode-se imaginar que ser livre é atender as inclinações e aos desejos particulares, como consideram os filósofos utilitaristas. Vinculado a esse princípio, pensadores, como o inglês Jeremy Bentham (1748-1832), teorizavam o que ficou conhecido como princípio da utilidade:

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos.¹²

Segundo Bentham, todo ser humano busca satisfazer seus próprios interesses, maximizando o prazer e minimizando a dor. Pelo princípio normativo da ética utilitarista, toda a ação deve buscar como consequência a maior felicidade do maior número de pessoas. Nesse contexto, por essa filosofia, comandar “homens livres” consistiria em satisfazer a sua vontade e a de seus comandados, procurando proporcionar a maior felicidade do maior número de pessoas.

Kant repudia o princípio utilitarista e, obviamente, Osório não estava tratando de “homens livres” no contexto da ética utilitarista. Para Kant, “é totalmente diferente fazer um homem feliz ou fazê-lo um homem bom”¹³. Assim, apesar de cada um possuir interesses particulares, nossas vontades e desejos não podem servir de base para a moralidade. Por exemplo, no caso de um psicopata assassino, atender-lhe a vontade não é um bom caminho para a construção moral da sociedade. Por um lado, para Kant,

¹² BENTHAM, Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação. p.1.

¹³ Kant, Fundamentação da Metafísica dos Costumes. p. 144.



Bentham estava certo em observar que gostamos do prazer e não da dor, mas, segundo Sandel, 2015:

(...) (Bentham) estava errado ao insistir que prazer e dor são “nossos mestres soberanos”. Kant diz que a razão pode ser soberana, pelo menos parte do tempo. Quando a razão comanda nossa vontade, não somos levados apenas pelo desejo de procurar o prazer e evitar a dor.

Nossa capacidade de raciocinar está intimamente ligada à nossa capacidade de sermos livres. Juntas, essas capacidades nos tornam únicos e nos distinguem da existência meramente animal. Elas nos transformam em algo mais do que meras criaturas com apetites.¹⁴

De fato, não estamos agindo livremente quando, como animais irracionais, buscamos o prazer ou evitamos a dor. Antes, quando nossos apetites e desejos estão no comando de nossas ações estamos agindo como escravos desses. Nesse sentido, o “homem livre” age com autonomia e, isso significa, agir de acordo com a lei que o homem impõe a si mesmo, e não submisso às vicissitudes ou convenções sociais.

Eis um exemplo: considerando a situação os militares (como Osório) que para defender a Pátria de maneira eficiente consideram ser necessário que haja treino, preparação, adestramento, com muitas horas de trabalho árduo e estudo, o que um utilitarista com certeza fugiria, para evitar a dor. Já o *homem livre* entende que, por mais que sua vontade particular seja evitar a dor do sacrifício da lida castrense, ele se propõe a esse treinamento, a despeito de um provável desgaste físico e mental, não por uma imposição de outrem (de forma heterônoma) mas antes por uma decisão autoimposta (ou seja, de forma autônoma).

AÇÃO POR DEVER

Se por um lado o homem livre é aquele que toma decisões de forma autônoma, Kant não desconsidera que a natureza humana é inclinada à satisfação dos prazeres, mas

¹⁴ Sandel, Justiça – O que é fazer a Coisa Certa. p. 140.



pondera que as ações que tem por finalidade a satisfação dos desejos, não tem valor moral. Segundo Sandel, 2015:

Não somos apenas seres sencientes, que obedecem aos estímulos de prazer e dor que recebemos dos nossos sentidos; somos seres racionais, capazes de pensar. E, se a razão determina a vontade, então a vontade torna-se o poder de escolher independentemente dos ditames da natureza ou da inclinação.¹⁵

10

Assim os seres humanos não estão imunes às leis da natureza, mas podem dominar a sua própria vontade pela razão, agindo de forma desinteressada, agindo *por dever*. Por exemplo: um determinado bombeiro que percebe um banhista se afogando no mar, mesmo estando de folga, entra no mar, arrisca sua vida e salva o banhista. Se o motivo que levou o bombeiro a salvar o banhista foi o interesse em ganhar uma medalha, segundo Kant essa ação não tem valor moral. Por outro lado, se esse mesmo bombeiro age porque “tem prazer” em ajudar as pessoas, por mais nobre que seja esse sentimento, essa ação também não tem valor moral. Agora, se o bombeiro agir sem ser pelo desejo de honrarias, nem por um impulso do sentimento, mas consciente que ele pode ajudar e, movido pela consciência do dever, salva o banhista, essa ação tem valor moral.

No caso específico explorado nesse artigo, Osório entendia sua missão em defender a Pátria como um dever do cidadão. Os homens livres, que entendem o seu dever, não precisam de motivações para agirem em prol da causa comum (defender a pátria), ou de coerção para cumprirem uma missão imposta pela razão, antes são autônomos, dominam a sua vontade pela razão e, *basta mostrar-lhes o caminho do dever* para o cumprimento da missão.

PRINCÍPIO DA NÃO-INSTRUMENTALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO

¹⁵ Sandel, Justiça – O que é fazer a Coisa Certa. p. 142.



Considerando o sentido de “homens livres” e da “ação por dever” abordados acima, resta tratar o que Kant entendia sobre a não-instrumentalização do indivíduo e porque isso impacta no conceito de comando e liderança militar. Lima, 2015, considerando em perspectiva a obra *Paz Perpétua*, pontua:

As guerras constituem, sem sombra de dúvidas, uma afronta à dignidade humana. Nela os indivíduos são tratados como meros instrumentos.

(...)

Segundo Kant não apenas os Estados não devem ser instrumentalizados; os indivíduos também não o devem, pois são revestidos de moralidade, não são meros meios, mas fins em si mesmos.¹⁶

De fato, para Kant, o homem existe como finalidade em si mesmo, e “não como mero meio de uso arbitrário para essa ou aquela vontade”. Assim, todos os objetos possuem uma finalidade e, por isso possuem um *valor*, mesmo os vegetais ou os seres irracionais servem para uma finalidade (por exemplo, o reino dos vegetais serve aos herbívoros, os herbívoros servem ao reino dos predadores). Não são assim os seres humanos, antes constituem um fim em si mesmos, portanto, não possuem valor, mas *dignidade*.

Considerando esse aspecto, comandar deve pressupor a dignidade dos comandados, o que difere diametralmente de “mandar” (instrumentalizar). Para Kant, no terceiro artigo preliminar para a paz perpétua entre os Estados:

(...) pôr-se a soldo para matar ou ser morto parece implicar um uso dos homens como simples máquinas e instrumentos na mão de outrem (do Estado), uso que não se pode harmonizar bem com o direito da humanidade na nossa própria pessoa¹⁷

Ao que logo em seguida ressalva: “Algo de todo diverso é defender-se a si e defender a Pátria dos ataques do exterior”¹⁸. Para isso, Kant propõe que houvesse um serviço militar voluntário, em contraposição ao exército permanente, o que está no

¹⁶ Lima, A teoria kantiana das relações internacionais: pressupostos morais, jurídicos e políticos. p. 96.

¹⁷ Kant, À Paz Perpétua: Um Projecto Filosófico. p. 6

¹⁸ Ibid.



caput do mesmo artigo terceiro: “Os exércitos permanentes (*miles perpetuus*) devem, com o tempo, de todo desaparecer.”¹⁹.

Quanto a esse aspecto do exército voluntário, é importante contextualizar o paradigma em que Kant estava inserido; os exércitos eram equipados com armamentos rústicos e táticas rudimentares, onde uma rápida mobilização civil poderia causar o efeito de massa dissuasório necessário para que um Estado beligerante desbaratasse um invasor. Talvez por isso, para Kant, não era evidente a necessidade de um exército permanente, antes um voluntário. Um fato que reforça isso é o exército Prussico de Frederico II tinha, à época, 230 mil homens, para uma população de 6 milhões de habitantes²⁰.

Atualmente, com a evolução tecnológica dos armamentos de destruição em massa, obviamente, sem uma preparação mínima de um exército permanente, não é possível defender a Pátria contando apenas com uma rápida mobilização de voluntários.

Vivemos num mundo que se caracteriza por ter um ambiente de operações volátil, incerto, complexo e ambíguo em que o líder militar, deve ter em mente a missão a se cumprir, considerando a intenção do comandante sem, porém, abster-se do princípio da não-instrumentalização do indivíduo.

A despeito de que, nas duas grandes Guerras Mundiais do Séc XX, centenas de milhares de soldados morriam em apenas um dia de operações, hoje, a vida de cada jovem militar ou mesmo civil da área de operações contam para a avaliação do sucesso de uma missão. Dessa forma é inaceitável a realização de operações militares sem o judicioso estudo de situação, a fim de evitar riscos desnecessários.

Considerando a concepção kantiana em que o homem livre é um indivíduo autônomo (logo não-instrumentalizável), para que ele atue em uníssono na defesa da Pátria, mostrar o caminho do dever é a única forma de liderá-lo.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Nour, 2004 *apud* Lima, 2015.



CONCLUSÃO

O presente artigo se propôs a examinar, sob a ótica da filosofia kantiana, se a icônica frase do Marechal Osório: “Soldados! É fácil a missão de comandar homens livres, basta mostrar-lhes o caminho do dever.”, é uma frase *a priori*. O que, a título de conclusão, infere-se:

- O “homem livre”, na filosofia kantiana, é o ser humano autônomo, que age de acordo com a lei que ele impõe a si mesmo, e não de forma heterônoma.

- As ações feitas *por dever* possuem valor moral e guiam a *vontade* do “homem livre”.

- Defender-se a si e a Pátria é um *dever* a que o homem livre deve se propor *voluntariamente* a cumprir.

Logo, o indivíduo, movido pela *consciência do dever* de defender a Pátria é um homem livre e, como tal, um ser autônomo, que não aceita ser tratado como coisa (instrumento). O comandante que pretende contar com homens livres em suas fileiras basta mostrar-lhes o caminho do dever, e não apenas “basta”, como é o único jeito de trabalhar com indivíduos autônomos.

Conclui-se que Osório, um tarimbeiro por excelência, com anos de liderança e experiência militar, sintetizou no trecho mais conhecido da ordem do dia 15 de abril de 1866, conceito *apriorístico*, fruto da racionalidade, que conseqüentemente extrapola a situação de combate, sendo fundamental na liderança de indivíduos autônomos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTHAM, Jeremy. Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação. Trad. Luís João Baraúna. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural. São Paulo, 1974.
- BOBBIO, Norberto. Introdução para A Paz Perpétua de Immanuel Kant. Brazilian Journal of International Relations. Volume 6, edição nº 1. UNESP, 2017.
- DEKENS, Oliver. Compreender Kant. Trad Paula Silva. Loyola. São Paulo, 2008.
- DORATIOTO, Francisco. General Osório: a Espada Liberal do Império, Companhia das Letras, 2008.
- HÖFFE, Otfried. Immanuel Kant. Trad: Christian Viktor Hamm e Valerio Rohden. Martins Fontes. São Paulo, 2005.
- KANT, Immanuel. À Paz Perpétua: Um Projecto Filosófico. Trad: Artur Morão. Coleção: Textos Clássicos de Filosofia. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2008.
- KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Trad. Tânia Maria Bernkopf, Paulo Quintela, Rubens Rodrigues Torres Filho. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural. São Paulo, 1980.
- LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. A teoria kantiana das relações internacionais: pressupostos morais, jurídicos e políticos [recurso eletrônico] / Francisco Jozivan Guedes de Lima - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2015.
- MAGALHÃES, J. B. Osório: síntese de seu perfil histórico. Biblioteca do Exército- Editora, Rio de Janeiro, 1978.
- MANUAL, “Ethos del Ejército de Chile”. Santiago. Ejército do Chile, 2018. Disponível em: <<https://cle.ejercito.cl/pdf/MOLD-02005%20ETHOS%20DEL%20EJERCITO%20DE%20CHILE%20.pdf>> Acesso em: 23/09/2019.
- MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889 - 1937. Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2009.
- NOUR, Soraya. À paz perpétua de Kant: filosofia do direito e das relações internacionais. Martins Fontes, São Paulo, 2004.
- SANDEL, Michael J. Justiça – O que é fazer a Coisa Certa. Trad. Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Record, 2015.



WOOD, Allen W. Kant, introdução. Trad: Delamar José Volpato Dutra. Artmed Editora S.A., Porto Alegre, 2008.